

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi compreender a visão dos professores, de uma escola da rede pública de ensino, sobre a avaliação da aprendizagem e como os mesmos concebem esse processo em sua prática pedagógica. A metodologia do trabalho configurou-se em investigar as práticas de avaliação da aprendizagem durante o Programa de Residência Pedagógica (PRP)/Subprojeto Biologia, em turmas do 6º e 7º ano de uma escola campo e analisar sua efetividade na formação de professores, através de elementos subjetivos da própria experiência, como a observação, a reflexão, o estudo, a imersão, o planejamento de aula, a regência e os eventos formativos experienciados durante este primeiro módulo do PRP, edital CAPES nº 024/2022. A coleta de dados foi realizada a partir da análise dos instrumentos avaliativos utilizados na escola campo: testes, provas, atividades, trabalhos realizados em sala - tanto individuais quanto em grupos, cartazes, colagens e recortes, além de levá-los para a sala de vídeos, em que assistem vídeo aulas sobre os objetos de conhecimentos estudados. É possível também destacar que no cenário da escola investigada, por meio de elementos subjetivos da própria experiência, como a observação, a reflexão, o estudo, a imersão, o planejamento de aula, regência dos residentes, foi possível perceber que esses profissionais ainda têm a concepção de avaliação como uma questão pontual, diagnóstica, classificatória e o produto final de um processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem; Residência Pedagógica; Ensino de Ciências; Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

A Residência Pedagógica é um programa que constitui a Política Nacional de Formação de Professores e tem o objetivo de incentivar o aprimoramento da formação prática de professores dos cursos de licenciatura, proporcionando a inclusão do licenciando na escola, a partir da metade do seu curso. Entende-se que o período da Residência Pedagógica se refere a uma vivência diferenciada de atuação profissional, sendo um período pré-definido de encontros de reflexão sobre a prática docente e atuação em parceria com um professor regente, e não uma etapa ou avaliação dentro do estágio probatório (Costa; Fontoura, 2015).

Considerando a importância dos pontos destacados no decorrer do artigo, pretende-se aprofundar a discussão de alguns aspectos fundamentais referentes às práticas de avaliação da aprendizagem durante a Residência Pedagógica/Subprojeto Biologia, em turmas do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental e analisar sua efetividade na formação de professores(as) por meio de instrumentos avaliativos. Dessa forma, o artigo tem como objetivo compreender a

visão dos professores de uma escola pública municipal sobre a avaliação da aprendizagem e como eles utilizam esse instrumento na sua prática pedagógica.

Para balizar nossas discussões iniciais, Luckesi (2018, pp. 60-62) nos aponta que,

A avaliação da aprendizagem de forma diagnóstica se dá no contexto de uma ação em processo, subsidiando decisões, tendo em vista a busca dos resultados qualitativamente desejados. O uso diagnóstico dos resultados do ato de avaliar só pode ocorrer quando a ação se encontra em andamento, desde que seus resultados ainda possam ser modificados. Em síntese, os profissionais da educação têm o desafio de diagnosticar as dificuldades enfrentadas por cada estudante, a fim de propor decisões que contribuam para com um resultado satisfatório, sanando as dificuldades e servindo também como diagnóstico ou sugestão para a melhoria da ação pedagógica do próprio professor.

Os estudos de Luckesi (2018) indicam que a avaliação tem sido um campo eminentemente de classificação, de competição e de “medidas” da aprendizagem, como se o processo avaliativo fosse uma dimensão simples, no qual uma prova ou um teste revelasse a complexidade do ato de avaliar. Nesse cenário, o ponto de partida para os apontamentos e as reflexões postas no presente trabalho dialoga com a concepção de que a avaliação da aprendizagem se configura como um campo político, complexo e intencional.

Segundo Hoffmann (2005), avaliar nesse novo paradigma é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor, e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas. Neste sentido, podemos entender a avaliação como uma ação provocativa do professor, desafiando o aluno a refletir sobre as experiências vividas, em um contexto de formular e reformular hipóteses, direcionando para um saber enriquecido.

Desse modo, a avaliação pode ser vista como um meio de se diagnosticar os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos para que na interação e com a mediação do professor o conhecimento seja construído, pois assim é que se poderá, verdadeiramente, garantir um processo de aprendizagem onde prevaleça a equidade e o respeito às reais condições do aluno (Hoffmann, 2014). Assim, a avaliação da aprendizagem é um aspecto complexo do processo de ensino e requer conhecimentos específicos para a sua vivência no âmbito escolar. Portanto, a discussão desse tema é de suma importância, pois se configura como um aspecto da experiência cotidiana dos profissionais da educação, mais precisamente dos professores que lidam diretamente com o ensino e a aprendizagem dos alunos.

Dito isto, é importante destacar que quando se trata de avaliar o processo de ensino e aprendizagem, o seu significado tem sido pautado pela lógica da mensuração, ou seja, está vinculado ao significado de avaliar e medir o conhecimento que os alunos adquirem em um

determinado período de tempo. No entanto, percebe-se que a avaliação deve influenciar em um certo resultado, nesse caso se houver um déficit na turma, os objetivos dos instrumentos avaliativos deverão suprir esse déficit proporcionando um resultado mais assertivo na aprendizagem. Contudo, pode não está ocorrendo com coerência o real objetivo da avaliação da aprendizagem no contexto estudado, e isso acaba refletindo no processo de aprendizagem dentro da sala de aula, pois torna-se necessário que haja uma reorganização das propostas de avaliação, e a quebra da ideia de que o ato de avaliar está somente na aplicação de atividades, provas e testes, dentre outros instrumentos padronizados.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho enquadra-se numa abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória. Baseou-se em investigar as práticas de avaliação da aprendizagem durante a Residência Pedagógica/Subprojeto Biologia, em turmas do 6º e 7º ano da escola campo e analisar sua efetividade na formação de professores através de elementos subjetivos da própria experiência, como a observação, a reflexão, o estudo, a imersão, o planejamento de aula, regência e os eventos formativos, experienciados durante este primeiro módulo do Programa Residência Pedagógica, além de referenciais teóricos relevantes para embasamento dos fatos apresentados sobre a avaliação da aprendizagem.

Como instrumento de registro e coleta de dados podemos destacar o Diário de Campo, pois trata-se de um instrumento de registro obrigatório nas ações do PRP/Subprojeto Biologia da UFRB. Esse instrumento de coleta de dados fornece um aporte não somente descritivo como também reflexivo, pois contempla tanto as narrações descritivas do pesquisador como também possibilita que posteriormente sejam registradas suas reflexões acerca do que foi observado em campo. Zabalza (2004) considera que essas características tornam o referido instrumento dotado de alta potencialidade formativa.

A análise dos instrumentos avaliativos foi realizada mediante a observação participativa no ato em que o mesmo era utilizado na regência, frente as reações expressas pelos alunos durante as aulas. Esta análise teve o intuito de avaliar e identificar qual metodologia melhor se aplica na sala de aula estudada, com turmas completamente heterogêneas na forma de aprender e assimilar os conteúdos no processo ensino e aprendizagem. Tendo em vista que, nem todos aprendem da mesma forma, devido ao fato de que uns precisam de mais tempo para compreender o objeto de conhecimento estudado ou de

atividades mais diversificadas. Essa questão vai para além das avaliações formais escritas, com o objetivo de construir uma ideia, um mapa mental, acerca do que aprendeu nas aulas. Contudo, por meio destes instrumentos pode-se perceber a participação e o grau de entendimento dos estudantes a partir de cada atividade de forma sistemática e criteriosa, seguindo os princípios éticos e pedagógicos da avaliação educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para Passeri e Zeferino (2007, p. 39) “[...] o processo de aprendizagem pode ser definido de forma sintética como o modo como os seres humanos adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e mudam o comportamento”. O ser humano nasce predisposto a aprender e no contexto escolar os docentes estão sempre aprendendo dialógica e sistematicamente com seus alunos. E para que ocorra a aprendizagem é necessário que haja todo um processo de assimilação em que o aluno, com o auxílio do professor, possa compreender e refletir acerca dos conceitos estudados. No entanto, para que possa haver a aprendizagem é preciso um processo de assimilação ativa que para ser efetivo necessita de atividades práticas em várias modalidades e exercícios, nos quais se pode verificar a consolidação e aplicação prática de conhecimentos e habilidades (Libâneo, 1994).

É preciso ressaltar que avaliar o aluno não é uma ação para aprová-lo ou reprová-lo, mas sim uma estratégia para perceber suas dificuldades e avanços, promovendo uma reflexão acerca da prática pedagógica diária no processo de ensino e aprendizagem. Como afirmam Neto e Aquino (2009),

[...] a avaliação da aprendizagem pode ser definida como um meio de que o professor dispõe de obter informações a respeito dos avanços e das dificuldades dos alunos, constituindo-se como um procedimento permanente, capaz de dar suporte ao processo de ensino e aprendizagem [...]. Além de diagnosticar, a avaliação tem a função de propiciar a auto compreensão do nível e das condições em que se encontram tanto o educando quanto o educador. [...] sendo a avaliação um meio imprescindível para a aprendizagem, o processo educativo deve apontar para a construção de uma prática avaliativa qualitativamente mais significativa, comprometida com a aprendizagem e, consequentemente, com o crescimento pessoal e intelectual do educando. (pp. 227-228)

Existem diferentes tipos de avaliação na educação, a diagnóstica, a formativa e a somativa. Segundo Santos (2009), a avaliação diagnóstica envolve descrição, classificação e determinação do valor de aspectos do comportamento. Ou seja, ela percebe a presença e a ausência dos conhecimentos adquiridos pelo aluno. E nesse tipo de avaliação não há a intervenção do professor. A avaliação no contexto formativo considera que a sala de aula é um espaço coletivo de permanente acompanhamento. É um espaço carregado de

questionamentos, problematizações, intervenções e mediações, ações que caracterizam a avaliação formativa (Loch, 2000). A avaliação formativa é conduzida pelo professor, e ele tem o intuito de fazer com que o aluno aprenda e construa um pensamento acerca do que está aprendendo, levando em consideração o progresso pessoal do aluno. A postura mediadora do professor é essencial na avaliação formativa (Hoffmann, 2009). E a avaliação somativa é a mais tradicional, em que somam-se pontos para que o aluno alcance a média final. Brasileiro e Souto (2018, p. 4), nos esclarecem que “[...] no caso da avaliação somativa, essa verifica o nível de aprendizagem discente, por meio da atribuição de notas, permitindo uma classificação ao final”

Do ponto de vista de Hoffmann (2011), a ação avaliadora deve ser uma prática educativa constante no sentido questionador e investigativo da aprendizagem dos alunos. A avaliação mediadora, assim como a avaliação formativa, tem como enfoque mediar e intervir de modo a ajudar o aluno a progredir e superar suas dificuldades. Contudo, é fundamental avaliar o aluno, pois assim pode-se localizar as suas deficiências formativas para o replanejamento de práticas que visem sanar as deficiências diagnosticadas na aprendizagem, desde que utilize uma avaliação em que seja capaz de medir a aprendizagem do aluno, não apenas somando seus pontos para passá-lo de ano.

No entanto, existem algumas lacunas formativas durante o curso de formação de professores, no qual o contato que o estudante tem com seu futuro campo de trabalho muitas vezes é insuficiente para prepará-lo a fim de exercer sua função em uma sala de aula, além da falta de sintonia entre o estudante, orientador e supervisor na realização das ações pedagógicas. Por esta razão criou-se programas formativos como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e o Programa de Residência Pedagógica- PRP, que possibilita colocar parte do conhecimento adquirido em prática, além de contribuir para formação de graduandos mediadores no processo de ensino e aprendizagem, sensíveis às especificidades de cada aluno.

Durante o PRP, os alunos da escola básica realizam atividades acerca dos objetos de conhecimento estudados, sendo avaliados desde o início, para que os futuros docentes possam perceber suas dificuldades e o que eles têm mais facilidade em aprender, pois é de extrema importância acompanhar o desenvolvimento da turma, desde o planejamento inicial, posto que auxilia no esclarecimento de metas, bem como na tomada de decisão em relação às mudanças curriculares e determina cada passo do processo ensino-aprendizagem.

Contudo, vale destacar que a avaliação, segundo o Programa de Ensino Integral (2011, p. 22), “[...] é entendida como um instrumento, simultaneamente, de construção e reorientação

do Plano de Ação da escola e do Programa de Ação dos profissionais”, ou seja, a escola deve construir um Plano de Ação coletivo, explicitando como se desenvolverá a avaliação da aprendizagem dos alunos. Portanto, devemos, enquanto residentes, estar envolvidos neste processo e detalhar as etapas avaliativas que serão executadas, sem muita autonomia para escolher as propostas mais adequadas.

O método de avaliar o aluno não pode ser realizado com base no comportamento, no medo ou no castigo e, principalmente, não pode ser excludente e muito menos “[...] ignorar a cultura dos alunos, especialmente daqueles provenientes das camadas populares” (Mediano, 1987, p. 13). A chamada “prova” acaba levando a um caráter assustador, porque muitas vezes é usada de forma autoritária como ameaça aos alunos. Como esclarece Luckesi (1997),

Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação terá de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos. Enfim, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos (p. 43).

Portanto, a avaliação precisa ser algo em que o aluno vai explicitar, sem medo, o seu aprendizado durante a sua trajetória escolar, logo, precisa ser uma avaliação mediadora, em que o processo avaliativo deve ser construído no dia a dia entre professor e aluno, pois “o processo de ensino/aprendizagem está além da simples mensuração que uma avaliação proporciona acerca de um resultado, positivo ou negativo, obtido por determinados alunos” (MEC, 2004, p.38). Contudo, o processo avaliativo vai muito além dos simples testes ou provas que são aplicados constantemente. “A ação avaliativa mediadora se desenvolve em benefício ao educando e dá-se fundamentalmente pela proximidade entre quem educa e quem é educado” (Hoffmann, 2014, p. 172). Portanto, avaliar é observar, com olhar crítico e atento, cada aluno, é percebê-lo e ajudá-lo, mesmo que ele tenha inúmeras dificuldades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A avaliação é considerada como um instrumento para diagnosticar a evolução dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, detectar o que foi aprendido de acordo com que foi abordado dentro da sala de aula, indo além da aplicação de provas, testes, atividades avaliativas e dentre outros.

Além disso, a avaliação é apontada como um dos eixos estruturantes das políticas educacionais, pois o objetivo principal da avaliação é identificar e verificar a aprendizagem dos alunos, fornecendo dados que possibilitam que o professor possa adequar o seu método de

ensino e aprendizagem, e por meio desse processo de adequação, possa obter a garantia da maior assertividade no resultado do desempenho no processo de ensinar. Portanto, a avaliação pode ter função diagnóstica, formativa ou somativa, por isso é importante que ela faça parte de todo o processo de ensino- aprendizagem e não esteja presente somente em etapas finais.

Neste interim, ao analisarmos os instrumentos avaliativos utilizados na sala de aula, da escola campo na qual estamos inseridos, foi possível observar que a estruturação dos instrumentos avaliativos segue de acordo com o regimento da escola e o Projeto Político Pedagógico (PPP). No entanto, percebe-se que a avaliação deve influenciar em um certo resultado, nesse caso se houver um déficit de aprendizagem na turma, os objetivos dos instrumentos avaliativos deverão suprir esse déficit proporcionando um resultado com mais assertividade na aprendizagem.

Observou-se que a escola campo em que desenvolvemos a regência no PRP possui um arcabouço amplo de atividades que são utilizadas para avaliar a aprendizagem dos alunos. Porém, é perceptível que essa gama de atividades avaliativas, muitas vezes não permite que os discentes alcancem a média mínima imposta pelo sistema educacional municipal, posto que não possuem como objetivo principal avaliar a aprendizagem, tendo função especificamente somativa.

Nesse caso, fica evidente que não há uma utilização correta dos resultados obtidos no procedimento avaliativo. O professor deveria, juntamente com a escola, utilizar de maneira correta esses dados, e pensar em alternativas mais didáticas e eficazes para o ensino, além da aula tradicional, pois foi perceptível que os alunos interagem melhor com atividades lúdicas e interativas. Como afirma Luckesi (1999, p. 91), a possibilidade de se “[...] atentar para as dificuldades e desvios da aprendizagem dos educandos e decidir trabalhar com eles para que, de fato, aprendam aquilo que deveriam aprender e construam efetivamente os resultados necessários da aprendizagem” pode ser um caminho viável para alcançar os objetivos pretendidos no que diz respeito ao processo de ensino.

Se o professor só chamar a atenção do aluno, solicitando que ele estude para que possa alcançar a nota de aprovação, isso não irá possibilitar a aprendizagem efetiva, pois o aluno muitas vezes estudará apenas para melhorar sua nota, contudo, vale ressaltar que, em alguns casos, o aluno aceita a nota que tirou e não busca melhorias no seu processo de aprendizagem. Nesse sentido, é visível que há uma falha na aferição da aprendizagem por meio desses instrumentos avaliativos, pois muitas vezes o enfoque se limita apenas ao aspecto quantitativo, com o intuito de que o aluno alcance uma nota para ser aprovado, deixando de lado a qualidade do resultado.

No estudo realizado, notamos que o foco dos instrumentos avaliativos da escola campo, está na avaliação somativa, onde o aluno deve alcançar uma nota mínima para ser aprovado, que é 5,0 (cinco) sendo a nota máxima 10,0 (dez). Luckesi (1999) nos coloca que esse aspecto é considerado como um padrão mínimo de conhecimentos, em que os alunos possam alcançar a média mínima de aprovação, porém, essa ideia com a existência de uma nota mínima para ser promovido tem um lado enganoso a respeito da aprendizagem, pois nem sempre o aluno realmente alcançou o mínimo de conhecimento atribuído aquela avaliação, ele apenas realizou uma certa quantidade de atividades que o levou a alcançar essa nota. Vale ressaltar que a utilização da nota com valor máximo e mínimo não deve ser desconsiderada, o que queremos enfatizar é a necessidade de se utilizar práticas avaliativas mais eficientes, que vão além da quantificação de notas.

Na escola campo estudada, os principais instrumentos de avaliação são as avaliações globais e parciais, que são atividades padronizadas, tanto na estrutura quanto na divisão de nota, onde juntas possuem o valor mínimo de aprovação, com a avaliação parcial valendo 2.0 (dois pontos) e a avaliação global valendo 3.0 (três pontos). Na correção dessas atividades notamos que o nível de dificuldade dos alunos é elevado. Além dessas pontuações ainda existem os projetos escolares que ajudam nas notas.

Como a primeira avaliação aplicada é a avaliação parcial, nela é possível realizar o diagnóstico dos pontos onde os alunos apresentam dificuldade de aprendizado, porém, por causa dos fatores como tempo de aula, plano de curso que deve ser seguido, comportamento da turma, dentre outros, acabam tirando a função de avaliação diagnóstica dessa atividade, pois o professor consegue dá um retorno aos alunos de como se desenvolveram, porém, o mesmo não consegue retornar a abordagem dos conceitos dos quais os alunos tiveram dificuldade, dando continuidade em outros conteúdos.

Com relação às atividades lúdicas, pode-se perceber que a participação nas aulas é consideravelmente maior. Quando os alunos vão para a sala de vídeos e assistem algo sobre o conteúdo, na aula seguinte, conseguem relacionar melhor o que foi visto com o que está sendo explorado em sala. Percebe-se também que o professor deve mudar a metodologia de aula, saindo da abordagem estritamente tradicional para as estratégias didáticas diversificadas, pois assim, consegue-se chamar atenção do aluno para o aprendizado. Além dos testes e provas, contabilizam-se as atividades diversas, para que possamos perceber o que o aluno aprendeu de uma outra forma, que ele se expresse além das avaliações tradicionais. A ideia de avaliação deve ser quebrada dos paradigmas escolares. Contudo, a escola ainda precisa adquirir a metodologia de uma avaliação mediadora, de uma avaliação que se baseia no progresso

pessoal do aluno, precisa ainda deixar de lado a avaliação somativa e focar no que de fato o discente aprende e como fazê-lo aprender de verdade além de somar pontos para que alcance uma nota e seja aprovado por isso, mesmo sem saber nada.

Dessa forma, é possível notar que não está ocorrendo coerência entre o real objetivo da avaliação da aprendizagem e entre o que está sendo utilizado como instrumento avaliativo, e isso acaba refletindo no processo de ensino e aprendizagem dentro da sala de aula. Sendo assim, é necessário que haja uma reorganização das propostas de avaliação, desfazendo a ideia de que o ato de avaliar está somente na aplicação de atividades, provas e testes, para que, dessa forma, haja uma real aferição da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi mostrar, no contexto do Programa de Residência Pedagógica, alguns paralelos entre o que a avaliação da aprendizagem busca trazer de contribuição para o processo de aprendizagem dos alunos, com as experiências vivenciadas no seio da escola-campo, levando-se em consideração as turmas acompanhadas pelos residentes e tendo em vista que a avaliação é considerada como um instrumento para diagnosticar a evolução dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, detectar o que foi aprendido de acordo com que foi abordado dentro da sala de aula, indo além da exploração diagnóstica, como aplicação de provas, testes, atividades avaliativas, dentre outros.

Destaca-se também que, a ideia de aprovação com a nota mínima tem um lado enganoso a respeito da aprendizagem, pois nem sempre o aluno realmente alcançou o mínimo do conhecimento desejado, ele apenas realizou uma certa quantidade de atividades que o levou a alcançar essa nota. Ressalta-se que a utilização da nota com valor máximo e mínimo não deve ser a única forma a ser utilizada, mas sim, se torna necessário utilizar práticas avaliativas mais eficientes, que vão além da quantificação de notas.

Observando que pode não está ocorrendo com coerência o real objetivo da avaliação da aprendizagem no contexto estudado, e que isso acaba refletindo no processo de aprendizagem dentro da sala de aula, torna-se necessário que haja uma reorganização das propostas de avaliação e a quebra da ideia de que o ato de avaliar está somente na aplicação de atividades, provas e testes, para que se possa avaliar a aprendizagem com maior assertividade e coerência.

Ainda é importante destacar que novas pesquisas no campo da avaliação da aprendizagem se fazem necessárias para que possam sanar questões a respeito do motivo pelo

qual a escola ainda adota métodos de avaliação por meio, principalmente de provas e testes, diante de diversas possibilidades de propostas amplamente difundidas no espaço educacional formal.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento das bolsas atribuídas ao Programa de Residência Pedagógica, Subprojeto Biologia, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola.** Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII).

BRASILEIRO, A. M. M.; SOUTO, S. R. de A. Avaliação no Ensino Superior: um Estudo Exploratório Sobre as Percepções e Emoções dos Alunos. 8f. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas** – Universidade de Pitágoras, MG. 2018.

COSTA, L. L.; FONTOURA, H. A. **Residência Pedagógica: criando caminhos para o desenvolvimento profissional docente.** Disponível em: <<http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/523/496>>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

HOFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** Porto Alegre: Mediação, 2014.

_____. **Avaliação: mito e desafio - uma perspectiva construtivista.** 41 ed. Porto Alegre: Mediação, 2005, 35. ed. Revista. 104 p.

_____. **O jogo do contrário em avaliação.** 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **O processo de ensino na escola.** São Paulo: Cortez, 1994.

LOCH, J. M. P. Avaliação: uma perspectiva emancipatória. **Química Nova na Escola**, São Paulo, n. 12, p. 34-38, 2000.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997. Disponível em: <<https://www.novaconcursos.com.br/blog/pdf/avaliacao-aprendizagem-escolar.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

_____. **Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas.** Salvador:

Cortez, 2018.

MEDIANO, Z. D. **Avaliação da aprendizagem na escola de 1º grau.** 1987. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/edusel/article/view/2622/2573>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

NETO, A. L. G. C.; AQUINO, J. de L. F. A Avaliação da Aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica? **Educação em revista**, v. 25, p.223-240, ago, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/G8jSCxDmCMRDnZcY67m5x4m/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

PASSERI, S. M. R. R.; ZEFERINO, A. M. B. Avaliação da aprendizagem do estudante. **Cadernos ABEM**, v. 3, p.39-43, out. 2023. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/148/o/AVALIACAO_DA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 31 ago. 2023

SANTOS, S. G. **Modalidade de avaliação.** Disponível em: <www.cds.ufsc.br/~saray/Modalidades%20de%20avaliacao.pdf> . Acesso em: 07 set. 2023

ZABALZA, M. A. **Diários de aula:** um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2007.